

A EXPANSÃO DA ABACAXICULTURA EM SERGIPE: TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS NA AGRICULTURA CAMPONESA

Paulo Adriano Santos Silva

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Universidade Federal de Sergipe – UFS
adriano_ufs@yahoo.com.br

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Departamento de Geografia - DGE
Universidade Federal de Sergipe – UFS
soniamendoncamenezes@gmail.com

RESUMO

Sob a égide do Estado, o uso dos pacotes tecnológicos na produção de abacaxi tem crescido vertiginosamente nas duas últimas décadas em Sergipe. A intensificação do uso dessas tecnologias na agricultura tem gerado uma nova dinâmica nos estabelecimentos camponeses. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar as transformações no modo de vida e na organização produtiva da agricultura camponesa, a partir da inserção dos pacotes tecnológicos na produção de abacaxi em Sergipe. Fundamentando-se no método empírico-analítico, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: 1º) Levantamento bibliográfico; 2º) Pesquisa documental; 3º) Trabalho de campo; 4º) Sistematização dos dados e 5º) reflexão dos resultados. Durante o levantamento empírico utilizamos a técnica de pesquisa "snowball", para identificar os camponeses que produzem abacaxi fazendo uso dos financiamentos e das novas tecnologias agrícolas. Com base nessa pesquisa, constatamos que a atuação do Estado, ao inserir os pacotes tecnológicos, profissionalizar os camponeses e promover a sua integração com as cadeias de produção do agronegócio, refletiram diretamente na alteração da lógica produtiva da agricultura camponesa, reduzindo a produção de alimentos para autoconsumo e, com isso, a possibilidade de reprodução autônoma do modo de vida tradicional dos camponeses envolvidos com esta atividade agrícola comercial. Destarte, concluímos que essas transformações precisam antes ser compreendidas como partes do complexo de relações contraditórias que, sob o regime do agronegócio, chancelado pelo Estado, definem os caminhos e/ou descaminhos da agricultura camponesa no país.

Palavras-chave: Produção de abacaxi. agricultura camponesa. agronegócio.

THE EXPANSION OF ABACAXICULTURE IN SERGIPE: PRODUCTIVE TRANSFORMATIONS IN CAMPONESA AGRICULTURE

ABSTRACT

Under the aegis of the State, the use of technological packages in the production of pineapple has grown vertiginously, in the last two decades, in the state of Sergipe/BR. The intensification of the use of these technologies in agriculture has generated a new dynamic in the peasant establishments. In this context, the objective of this article is to analyze the transformations in the way of life and the productive organization of peasant agriculture, starting from the insertion of technological packages in the production of pineapple in Sergipe. Based on the empirical-analytical method, we adopted the following methodological procedures: 1st-Bibliographic survey; 2nd- Documentary research; 3rd- Fieldwork; 4th- Systematization of data and finally, 5th- reflection of results. During the empirical survey we used the "snowball" research technique to identify peasants who produce pineapples using financing and new agricultural technologies. Based on this research, we verified that the State's performance of inserting the technological

packages, professionalizing the peasants and promoting their integration with the agribusiness production chains, directly reflected on the alteration of the productive logic of peasant agriculture, reducing food production for self-consumption and with that, the possibility of autonomous reproduction of the traditional way of life of the peasants involved with this commercial agricultural activity. Thus, we conclude that these transformations need to be understood as part of the complex of contradictory relations that, under the agribusiness regime, approved by the State, define the ways and/or ways of agriculture in the country.

Keywords: Production of pineapple. peasant agriculture. agribusiness.

INTRODUÇÃO

Baseado no modelo comercial agroexportador, o uso das tecnologias agrícolas têm crescido continuamente nas grandes e médias propriedades rurais do país. Por meio do apoio intensivo do Estado, na concessão de créditos agrícolas e na disseminação dos pacotes tecnológicos na agricultura, a produção comercial tem se destacado em vários setores produtivos. Esse novo modelo agrícola também se inseriu na unidade de produção familiar camponesa, a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, articulado com o Banco Mundial, e pela lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, que instituiu as diretrizes no sentido de reformular a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, priorizando as cadeias produtivas com viabilidades comerciais.

Baseando-se nessas premissas, o objetivo deste artigo é analisar as transformações no modo de vida e na dinâmica produtiva da agricultura camponesa, decorrentes do uso de novas tecnologias agrícolas na produção de abacaxi do estado de Sergipe. Para que este objetivo fosse alcançado, a pesquisa se baseou na realização do mapeamento das localidades produtoras de abacaxi; na caracterização das novas formas de produção deste fruto, com o advento dos pacotes tecnológicos; na análise da influência das políticas de financiamento agrícola direcionadas ao cultivo de abacaxi e por fim, na reflexão sobre a desagregação da agricultura tradicional com a redução dos cultivos alimentícios no campesinato sergipano.

Fundamentando-se no método empírico-analítico, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: 1º) Levantamento bibliográfico; 2º) Pesquisa documental; 3º) Levantamento empírico 4º) sistematização dos dados e 5º) reflexão dos resultados. No tocante a pesquisa empírica, foram visitados quinze municípios sergipanos, sendo esses: Graccho Cardoso, Aquidabã, Nossa Senhora das Dores, Capela, Siriri, Japarutuba, Japoatã, Neópolis, Estância, Itaporanga D'Ajuda, Riachão do Dantas, Cristinápolis, Arauá, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. No ato da pesquisa *in loco* não foram constatadas lavouras de abacaxi em Nossa Senhora das Dores, Siriri, Itaporanga D'Ajuda e Cristinápolis. Vejamos no quadro 01 as informações sobre os municípios e as localidades que foram visitadas durante a pesquisa de campo:

Quadro 01 – Municípios e localidades Pesquisadas. Sergipe/2016

MUNICÍPIOS	LOCALIDADES
Graccho Cardoso	Ponto Chique, Queimada Grande, Queimadinhos Cardeal, Varjota e Gavião.
Aquidabã	Oiteiro Alto, Taquara, Moita Redonda, Campo Redondo, Papel dos Dias, Papel de Santo Antônio, Papel de São José e Assentamento José Félix.
Capela	Igrejinha e Barroca
Japarutuba	Assentamentos Camará, Caraibas e 13 de Maio.
Japoatã	Espinheiro e Assentamento Maria Lindaura
Neópolis	Povoado Brasília
Estância	Colônia Vertente, Mato Grosso, Colônia São José e Estancinha.
Riachão do Dantas	Alto do Cheiro

Santa Luzia do Itanhú	Priapú
Araúá	Colônia Sucupira
Indiaroba	Colônia Sergipe e Colônia Retiro

Fonte – Trabalho de Campo, 2016. Organização – Os autores.

Elaboramos uma amostragem, baseada na aplicação da técnica (*snowball*), “bola de neve”, que consiste na identificação de pessoas (camponeses que produzem abacaxi) que possam ser utilizadas como informantes para identificar outras pessoas que estão envolvidas com a mesma atividade agrícola. O conceito de “*snowball*”, de Bailey (1994), faz analogia a uma bola de neve que começa pequena e ao rolar torna-se cada vez maior.

Nas atividades de campo foram aplicados um total de 91 questionários estruturados, em trinta localidades, na própria unidade de produção familiar dos camponeses e camponesas. Também entrevistamos o Secretário Municipal de Agricultura e dois técnicos da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), no setor que administra os municípios de Aquidabã e Graccho Cardoso e o chefe da EMDAGRO do município de Riachão do Dantas, que nos forneceu informações técnicas e registros fotográficos sobre as ações desenvolvidas nos últimos vinte anos para o fortalecimento da abacaxicultura em Sergipe.

Foram utilizadas informações coletadas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fornecendo todos os Censos agropecuários e dados completos da produção de abacaxi do Brasil. A visitação à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foi fundamental na coleta de dados e informações, através de livros e cartilhas sobre as modificações genéticas do abacaxizeiro e o manejo nas propriedades camponesas. Durante a pesquisa empírica, também foram consultadas as Empresas TopFruit e Maratá, localizadas no município de Estância. As informações obtidas durante as entrevistas foram fundamentais na compreensão da relação entre os camponeses que produzem abacaxi e as empresas que monopolizam a sua produção e aferem parte da sua renda, com a exportação de suco e derivados para outros estados do Brasil, além de países europeus e dos Estados Unidos.

Essa pesquisa nos permitiu realizar uma análise aprofundada da dinâmica produtiva dos camponeses que cultivam abacaxi na zona rural sergipana. No sentido de facilitar a compreensão desta análise, além desta introdução e das considerações finais, dividimos o texto em três partes. Na primeira seção, fizemos uma breve discussão teórica em torno das transformações da agricultura camponesa, a partir da inserção das tecnologias de produção no campo. Na segunda parte do texto construímos um debate sobre a atual configuração da abacaxicultura no Brasil, retratando o crescimento dos níveis produtivos, fomentado pelas ações do Estado, nas grandes e pequenas propriedades que produzem abacaxi no país. Na terceira e última parte, realizamos uma análise da dinâmica agrícola dos produtores de abacaxi de Sergipe, demonstrando o histórico dos camponeses com o referido cultivo, as alterações na relação de uso deste fruto, as ações que impulsionaram essas transformações e dos rebatimentos no modo de vida e na produção dos alimentos de subsistência desses camponeses.

REFLEXOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA: BREVES APONTAMENTOS TEÓRICOS

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo industrial no campo, Kautsky (1980) elaborou a tese de que o campesinato não suportaria as imposições do sistema capitalista e postulava a destruição da indústria camponesa, acarretando a expropriação e, por conseguinte a proletarianização dos camponeses nas cidades. Com as exigências do mercado urbano, o camponês demandaria mais dinheiro para estabelecer a manutenção das necessidades da sua propriedade, sendo forçados a adquirir produtos fornecidos pelo mercado, que outrora eram confeccionados artesanalmente no próprio estabelecimento camponês, incluindo os alimentos, insumos e instrumentos de trabalho.

Quanto mais tal processo avança, o mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua

necessidade de dinheiro, não apenas para compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro. O único método que ele podia conseguir dinheiro consistia em transformar os seus produtos em mercadorias, e levá-los ao mercado para a venda. Mas não era certamente para artigos de sua indústria atrasada que ele mais depressa encontrava compradores, era para os que a indústria urbana não produzia. (KAUTSKY, 1980, p. 21).

No bojo dessas mudanças o estabelecimento camponês seria forçado a aumentar a necessidade por dinheiro, frente às imposições instituídas pela indústria capitalista e pelo mercado urbano. Com isso, as alterações nas relações de trabalho, de produção e de comercialização, acarretariam na perda da autonomia camponesa, influenciando diretamente no modo de vida desses homens que viviam no e do campo. Assim, Kautsky (1980, p. 21) afirma que “o camponês foi finalmente forçado a tornar-se o que se entende hoje por camponês: um agricultor puro. [...] O camponês caíra agora sob a dependência do mercado”. Como paulatinamente esse camponês se transformava em um “agricultor puro”, transformando as suas relações de produção artesanais em práticas agrícolas impostas pela indústria capitalista, ele enfrentava obstáculos para cumprir a demanda da sua própria propriedade, sobretudo dos alimentos, que garantiam a autonomia e a reprodução das suas famílias.

A teoria do fim do campesinato, estrategicamente elaborada por Kautsky, não se concretizou, porém, vários elementos defendidos por ele, se destacam pela relevância em torno dos temas que permeiam a questão agrária atual. Ao fazer uma releitura da questão agrária clássica, Martins (1983) considera que na contemporaneidade, o campesinato resiste diante da lógica contraditória do capital em recriá-lo. A contradição, de acordo com Martins (1983) está na sujeição da renda da terra ao capital, convertendo o trabalho familiar em renda capitalizada e, por conseguinte, ampliando capital pela via não capitalista. Apesar de ter analisado a penetração das relações capitalistas e a desagregação da indústria camponesa na Europa, os elementos históricos defendidos por Kautsky nos dão sustentação teórica para compreender como o capitalismo, a reboque do Estado, penetrou no campo brasileiro e provocou profundas transformações na organização produtiva e no modo de vida do campesinato.

Historicamente o Estado brasileiro atuou, no fortalecimento do capitalismo no campo, iniciando-se com a modernização da agricultura no Brasil, na década de 1960, com o fomento no uso de fertilizantes químicos, sementes modificadas, máquinas agrícolas e agrotóxicos (fungicidas, inseticidas e herbicidas), além da forte política de estímulo ao crédito rural. Essas ações foram as grandes responsáveis pela disseminação da produtividade de monocultivos no campo brasileiro, engendradas pelo falacioso discurso humanitário de superação da fome.

A proclamada Revolução Verde, de acordo com Octaviano (2010, p. 13) “não resolveu os problemas nutricionais e nem da fome, fez aumentar a concentração fundiária e a dependência por sementes geneticamente modificadas, alterando a cultura dos pequenos proprietários que encontraram dificuldades para se inserir nos novos moldes”. Por trás desse projeto, aparentemente humanitário, escondiam-se as estratégias e os interesses das grandes corporações que buscavam a sua consolidação, expansão e acumulação, com a transnacionalização da economia na década de 1990. As ações que promoveram a modernização agrícola, na década de 1960, 70 e 80, refletiram diretamente nos anos de 1990, marcados por ações e pressões que culminaram no fortalecimento da globalização e das relações capitalistas no campo, envolvendo grandes e pequenos proprietários de terra, estes últimos subordinados a lógica do capital monopolista da agricultura.

A expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro tem seus desdobramentos no processo de monopolização e territorialização da terra sob o domínio do capital em sua acepção do discurso do desenvolvimento e da modernização para superar o velho e atrasado com a implantação de tecnologias (LIMA, 2008). No Brasil o capital se introduziu no estabelecimento camponês, de modo velado, por meio da dependência no uso de insumos, maquinários, assistência técnica, assentadas nas políticas de desenvolvimento rural e dos financiamentos agrícolas.

Para além das transformações nas relações produtivas, a inserção das tecnologias na agricultura, acentuou as desigualdades econômicas e sociais no campo. Se por um lado ocorreu uma edificação da produção de commodities, com o aumento expressivo dos índices de produtividade, por outro ocasionou, modificações da estrutura econômica, nas relações de trabalho e no modo de vida dos homens do campo; inúmeros foram marginalizados e proletarizados e os que permaneceram com a posse da terra perderam a autonomia da sua propriedade a partir da monopolização da produção e da força de trabalho familiar, imposta pela lógica das políticas públicas de desenvolvimento do Estado, criadas para alimentar as cadeias produtivas do agronegócio.

Mesmo com o incentivo e a difusão dos pacotes tecnológicos na agricultura, o Estado promoveu uma modernização de caráter desigual, considerando o montante destinado ao setor do agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa. Nesse contexto, Sampaio aponta que:

A adoção de novas estruturas produtivas expulsou pequenos produtores, inclusive alguns com posse de terras por não conseguirem utilizar máquinas, equipamentos e mudou relações de trabalho como parceiros e arrendatários. Então houve alteração no modo de vida. O pequeno agricultor foi obrigado a ser incorporado aos mercados globalizados, se organizando em cooperativas ou dispondo a produção ao beneficiamento das grandes empresas industriais, deixando de vivenciar o mercado local, tanto como fornecedor como consumidor. (SAMPAIO, 2011, p. 11).

A alteração nas relações de trabalho provocou efeitos no modo de vida do campesinato. A adesão de novas práticas agrícolas alterou a dinâmica produtiva e progressivamente substituiu práticas e utensílios artesanais por instrumentos modernos. Na medida em que as relações capitalistas adentraram os pequenos estabelecimentos, a relação do camponês deixou de ser familiar e local e passou a ser articulada por uma cadeia de produção agroindustrial global, que instituiu a padronização da produção e o inseriu em um novo padrão de consumo.

O processo de subordinação da produção camponesa ao capital tem levado ao enfraquecimento econômico dos camponeses, que não adquirem a renda necessária para a sua reprodução. Não se trata, apenas, da subordinação do trabalho ao capital, mas a subordinação da produção ao capital durante a sua fase de circulação e comercialização. De acordo com Lima (2008, p. 15), “a produção gera taxa de lucro, a mais-valia, aos atravessadores e aos demais segmentos na circulação”. Embora a taxa de lucro seja obtida na etapa da circulação e comercialização dos produtos, advindos dos estabelecimentos camponeses, o lucro também é extraído por meio da exploração do trabalho familiar camponês não remunerado. Logo, constata-se que os níveis de exploração aumentam com esse novo modelo de produção agrícola comercial e alteram o significado de fazer agricultura.

A agricultura camponesa tradicional, baseada em saberes, princípios e valores de usos dos recursos naturais, representava para além da importância do abastecimento interno para alimentação, a possibilidade de reprodução autônoma das famílias camponesas. O estabelecimento camponês é o lugar onde as famílias se reproduzem a partir das suas práticas cotidianas e materializam o seu modo de vida a partir da sua relação com a terra. Ao fazer uma diferenciação entre a alteração do valor de uso e o valor de troca, imposta pelo capitalismo, na unidade de produção familiar camponesa, Oliveira Júnior coloca que:

Observando as especificidades da produção camponesa, veremos que esta unidade produtiva familiar distingue-se de uma organização produtiva cuja lógica é regida pela exploração do trabalho alheio. A especificidade apresenta-se ao observarmos a divisão e o controle do processo do trabalho, assim como a divisão dos resultados do trabalho entre os membros da família. Um processo de produção onde não há divisão hierárquica entre os membros da família, estabelecendo relações de poder entre os que controlam e os que executam a produção. Um processo de produção onde seus resultados estão voltados à satisfação das necessidades dos produtos

imediatos, garantindo a reprodução da família a partir do valor de uso que possui a produção. A terra constitui-se, para esta organização produtiva, condição de vida, essencial à garantia da reprodução familiar. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012, p. 109).

As particularidades tradicionais da agricultura camponesa, com a preponderância da adubação natural, instrumentos artesanais, sementes crioulas e uso de tração animal, mão de obra familiar, comércios curtos, etc., foram paulatinamente trocadas, com a adesão ao projeto de modernização, por máquinas de médio e grande porte, insumos químicos e sementes geneticamente modificadas. Essa modernização acarretou o aumento da dependência com os bancos, haja vista a necessidade constante de crédito e eliminou as decisões dos camponeses, que outrora produziam de acordo com o ciclo da natureza.

A inserção desse novo padrão capitalista de produção provocou um engessamento, e o camponês, que antes tinha liberdade para plantar, produzir e se reproduzir, perdeu sua liberdade para decidir, e isso repercutiu na própria alimentação familiar, diante da atuação das grandes corporações transnacionais, ou “impérios alimentares” nessa nova dinâmica agrícola. Horácio de Carvalho (2013) faz uma análise crítica evidenciando a tirania das empresas oligopolizadas que produzem, comercializam e controlam as sementes cultivadas em diversas partes do mundo.

A apropriação privada oligopolista da geração, reprodução e distribuição de sementes híbridas e transgênicas pelas empresas multinacionais com o controle direto da oferta dos insumos que elas requerem, a determinação da oferta de matérias-primas para a agroindústria e o controle efetivo da oferta de produtos para o abastecimento alimentar têm delimitado o tipo, o volume, a diversidade, a periodicidade e a qualidade dos alimentos que serão oferecidos às populações. (CARVALHO, 2013, p. 40).

Existe um grande controle na forma de produzir, no tempo dos cultivos e na dependência da utilização dos insumos fornecidos por essas empresas que irão posteriormente inserir os alimentos industrializados para o consumo da população. Oliveira (1991) já apontava as transformações dos hábitos alimentares, da população, com a expansão do agronegócio sob o domínio dos monocultivos no Brasil:

Outras vezes, o que assistimos é a alteração de hábitos alimentares da população em decorrência da expansão desses produtos. O exemplo da soja é típico. Boa parte da população brasileira fazia seus alimentos cozidos ou conservados em gordura animal ou óleos derivados de produtos vegetais (algodão, amendoim, como, etc.). Entretanto, de uns tempos pra cá, o óleo de soja tornou-se o produto básico na preparação da alimentação. Até campanhas publicitárias e “médicas” foram feitas ressaltando seu valor em relação aos demais do gênero. Na essência, tudo foi feito movido pela ânsia de se aumentar as exportações de farelo de soja, ingrediente básico utilizado na fabricação de ração animal, aqui e principalmente no exterior. (OLIVEIRA, 1991, p. 23).

Atualmente, as corporações que controlam a comercialização de alimentos industrializados, utilizam os meios de comunicação para estimular o consumo e instituir um padrão global. Carvalho (2013) afirma que a globalização do consumo torna-se consequência não apenas das mudanças nas relações econômicas internacionais que conduziram à abertura dos mercados e à facilitação da comunicação pelos meios eletrônicos, mas pela nova forma de comportamento das pessoas que passa a ser ditada pelo consumo. Assim, as empresas do setor alimentício nos impõem um regime convergente que dita o que produzir e o que consumir. Ao analisar as alterações nos hábitos alimentares das comunidades camponesas, Menezes (2012) atribui esse fenômeno à influência da globalização, do *marketing* e das alterações na base técnica da agricultura:

As sementes híbridas eliminam, paulatinamente, as sementes crioulas; os agroquímicos são utilizados de forma descontrolada; as máquinas avançam no campo e os cultivos nos moldes do *agrobusiness*. Ainda percebemos no

espaço familiar as alterações provocadas no padrão alimentar de grande parte das comunidades rurais, com a inserção dos produtos eletroeletrônicos, uma vez que, nos lares, com a expansão do programa Luz no Campo, a televisão contribuirá para tais mudanças, tendo em vista que o *marketing* e a propaganda difundem novos alimentos destacando a praticidade a despeito do uso dos produtos tradicionais (MENEZES, 2012, p. 5).

Por meio de uma rede que interliga diferentes atores econômicos, o agronegócio disseminou um poderoso modelo que atua e influencia diretamente no padrão de produção e na alimentação da população mundial. As transnacionais que dominam o mercado mundial de alimentos inserem, através da mídia, modelo de consumo rápida e prática, desconsiderando toda forma de saber-fazer tradicional e peculiar do campo. Com essas alterações no modo de produção, como afirma Oliveira (2001), quem anteriormente cultivava com técnicas tradicionais, passa agora a seguir integralmente o receituário do chamado pacote tecnológico da agricultura moderna, mecanização intensiva em todas as fases da lavoura, uso de agroquímicos (fertilizantes de alta solubilidade e agrotóxicos) e de materiais geneticamente modificados.

Seguindo o modelo do agronegócio, priorizando o monocultivo para o comércio, “a ampliação da área plantada na unidade de produção rural do camponês eliminou, na grande maioria das regiões do país (no caso do Brasil), os esforços familiares para a produção de produtos destinados ao autoconsumo.” (CARVALHO, 2013, p. 45). Nesse cenário, é fundamental analisar o delineamento da agricultura camponesa no Brasil, no sentido de compreender como a dinâmica agrícola do agronegócio, pautada no tripé: técnica-química-crédito, articulada com o Estado, está influenciando no modo de vida e na dinâmica produtiva do campesinato brasileiro.

Obviamente que a dimensão do debate sobre a articulação funcional do Estado para com o agronegócio e, a sua relação com o campesinato, é muito complexa. O que pretendemos, por meio desses breves apontamentos, é demonstrar e refletir o Estado enquanto aparelho formado pela aliança entre a classe que detém o capital (corporações do agronegócio) e a outra que, alicerçada no aparelho do Estado Nacional, (bancada ruralista) detém o poder político de decisão. À medida que essa articulação se consolida, a classe detentora do poder econômico passa a subordinar o Estado e seus interesses privados, obtendo também o poder de decisão e de imposição para garantir o controle social e extrair o lucro, por meio do trabalho e da produção, da agricultura camponesa. É sob essa lógica que todas as ações do Estado e as alterações da dinâmica agrícola, em especial a de origem camponesa, precisam antes ser compreendidas como partes do complexo de relações contraditórias que, sob o regime do agronegócio, definem os caminhos e/ou descaminhos da agricultura camponesa no país.

A PRODUÇÃO DE ABACAXI NO BRASIL: DO AGRONEGÓCIO À AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

Conforme os dados disponibilizados pela Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), o Brasil é um dos três maiores produtores de frutas do mundo, tendo sua produção superado 43 milhões de toneladas em 2017, representando 5% da produção mundial. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 01 – Principais Países Produtores de Frutas 2016

País	Área (Ha)	Produção (T)	% Produção
China	14.401.937	227.492.666	29,4
Índia	6.360.595	72.472.580	9,4
Brasil	2.442.786	41.023.611	5,3
Estados Unidos	1.221.109	29.244.549	3,8

Fonte – Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas – FAO (2016).

Os dados apresentados acima, os quatro maiores produtores correspondem a 48% da produção mundial de frutas frescas. Atualmente, os cultivos que mais se destacam na produção brasileira são a laranja, mamão, abacaxi, banana e mais recentemente uva e manga,

que foram fortalecidas após a criação de projetos de irrigação, a exemplo dos grandes polos produtivos de Juazeiro e Petrolina, na Bahia e Pernambuco, respectivamente.

Para além dos projetos de irrigação supracitados, que juntos possuem uma área de mais de cem mil hectares irrigados, segundo Bustamante (2009), existem no Brasil cerca de 30 grandes polos fruticultores, distribuídos de Norte a Sul, abrangendo mais de 50 municípios. Entretanto, os maiores produtores estão localizados no Baixo Jaguaribe-CE, Assu e Mossoró-RN, Alto Piranhas-PB, Juazeiro-BA, Petrolina-PE, Sergipe e Norte de Minas, pois apresentam vantagens naturais para a produção de frutas de padrão internacional o ano inteiro, a partir da irrigação.

O Brasil se destaca como um dos principais produtores de frutas frescas do mundo e isso deve-se aos seguintes fatores: localização geográfica, dimensão territorial, características climáticas e geológicas que facilitam a adaptabilidade das plantas frutíferas. Porém, para além das condições edafoclimáticas, outras iniciativas, historicamente implantadas pelo Estado brasileiro, influenciaram direta ou indiretamente no fortalecimento de diferentes ramos da agricultura, como a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, em 1955; a criação dos Polos de Desenvolvimentos Regionais, a exemplo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959; a CODEVASF-Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, fundada no ano de 1974; a EMBRAPA, criada em 1973; esta última mais voltada para a criação de tecnologias para o desenvolvimento da produção agrícola, contendo um subsetor exclusivo para a fruticultura.

Além disso, várias ações foram executadas pelos Governos brasileiros no sentido de fortalecer o agronegócio das frutas, baseada em um modelo empresarial agroexportador. Um dos exemplos foi a criação da obra de transposição do Rio São Francisco, que possibilitou a instalação de perímetros irrigados em territórios antes impróprios e inférteis para o desenvolvimento de tais práticas agrícolas.

Souza e Conceição (2010, p. 45) exemplificam vários empreendimentos que foram criados no Nordeste, mais especificamente nos perímetros de Juazeiro e Petrolina, para o fomento da fruticultura:

Em Juazeiro-BA, foram implantados os seguintes Perímetros nos anos de 1970: Mandacaru, Maniçoba, Tourão e, em 1998, com previsão de término em 2015, o projeto Salitre, uma obra de grande porte, com alto nível de modernização para a irrigação. Em Petrolina-PE foram criados nos anos de 1990: os projetos Pontal Sobradinho, Pontal Norte, Pontal Sul, que, embora com toda a estrutura montada, ainda se encontram sem funcionamento. Os Projetos Bebedouro 1968 e Senador Nilo, em 1985, entre todos, são os que evidenciam o sucesso do planejamento elaborado e concretizado pelo Estado.

Atualmente inúmeras empresas e cooperativas que produzem frutas estão alojadas nos perímetros de Juazeiro e Petrolina. A CODEVASF identificou as seguintes Empresas especializadas na exportação de frutas: Agropecuária Lambrunie, Brasiluvas, CAJ-BA Cooperativa Agrícola de Juazeiro, Frutimag, Frutivale, Frutivita, Jofra Agrícola, Logos Butiá, Metaexport, Special Fruit, Timbaúba Agrícola, Vale das Uvas, Nova Fronteira Agrícola, Frutisor, Lastro Agrícola, Ebras, Agrobrás, Futier, Sechi Agrícola; Pritam Fruit Exportação Ltda.; Agropecuária Vale Das Uvas Ltda., Upa Agrícola.

Além de grandes instituições públicas, como o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, existem várias empresas privadas no Brasil que atuam diretamente no fortalecimento do cultivo de frutas, baseando-se no modelo do agronegócio. O Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF, por exemplo, é uma organização privada, que foi fundada em 1990, com o intuito de estimular o aumento, deste ramo produtivo, desenvolvendo ações efetivas para grandes produtores de frutas, agroindústrias de processamento, fornecedores de produtos e de serviços. A referida instituição representa o *agribusiness* das frutas, atuando conjuntamente

com órgãos governamentais, com o objetivo de planejar, organizar e direcionar o ambiente de negócios do setor de frutas.

Apesar de ser um setor recente do agronegócio, a fruticultura representou, de acordo com o Ministério da Agricultura em 2016, US\$ 630 Milhões em exportações. A perspectiva, segundo o Ministério, para 2017 é que esse número aumente para R\$ 750 Milhões. A proposta do Presidente da Associação Brasileira de Frutas é que o setor frutícola cresça 15% ao ano e o Brasil possa se consolidar como maior exportador de frutas frescas do mundo. Algumas iniciativas foram tomadas a exemplo da assinatura do Convênio, realizada na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, entre a Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), para fomentar o aumento da produtividade das principais frutas produzidas para exportação (ABRAFRUTAS).

Tabela 02 – Principais Frutas Produzidas Brasil/2017

Frutas	Área (Ha)	Produção (Toneladas)	Quilo (Hectare)
Laranja	637.961	17.459.908	27.640
Banana	469.492	6.675.100	14.342
Uva	75.744	1.192.034	25.322
Abacaxi	67.327	1.502.598	24.190
Maçã	33.140	1.300.943	39.258

Fonte – IBGE- Pesquisa Agrícola Municipal – 2017.

Elaboração – Os autores, 2018.

O abacaxi, a laranja, a maçã e a banana correspondem a mais da metade da produção frutícola brasileira. Segundo os dados acima, o abacaxi é estimado em 7,8% do volume de produção, possuindo em média 1,5 milhões de toneladas distribuídos em todo o território Nacional, com ênfase para os estados de Minas Gerais, Pará e Paraíba, produzido por grandes, médios e principalmente pelos pequenos estabelecimentos rurais. O volume de produção de abacaxi aumentou, principalmente no início da década passada, em decorrência das ações do Estado no fortalecimento das cadeias produtivas que alimentam o agronegócio das frutas, abrangendo também o subsetor camponês.

Tabela 03 – Quantidade produzida de abacaxi (Mil frutos) 1950-2017

Regiões	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Brasil	53.252	79.994	232.230	147.191	240.799	295.285	298.904	574.658	797.714
Norte	1.171	678	9.403	5.760	6.971	12.535	33.702	135.366	164.990
Nordeste	29.921	40.029	103.827	70.589	127.693	158.716	90.072	196.277	203.167
Sudeste	13.135	23.217	89.244	60.880	98.335	114.542	160.137	215.356	380.628
Sul	8.539	13.632	21.034	6.612	5.848	5.783	4.622	8.524	12.590
Centro-Oeste	484	2.438	8.722	350	1.949	3.708	10.371	19.135	36.338

Fonte – IBGE – Censo Agropecuário 1950-2017.

Elaboração – Os autores, 2018.

Como podemos visualizar na tabela 03, o crescimento, em termos de produção e de produtividade, foi expressivo entre o censo agropecuário de 1950 e 2017, praticamente dobrando os níveis de produção em todas as regiões no país. Na década de 1970, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o rendimento médio, ou seja, a quantidade colhida de frutas por hectare era de 8.779 abacaxis, ao passo em que no ano de 2017, quarenta anos depois, o rendimento por hectare foi de 24.190 frutos. A utilização de tecnologias agrícolas influenciou diretamente no aumento da produtividade deste cultivo, com destaque para o uso de herbicidas, fungicidas, pesticidas, inseticidas, adubos artificiais, além da inserção da micropropagação das mudas de abacaxizeiro em todo o território brasileiro.

Baseado no modelo agrícola para exportação, a produção de abacaxi tem crescido continuamente em diversas partes do país. Apesar do predomínio do cultivar *Smooth Cayenne* em algumas regiões, sobretudo nos estados de Minas Gerais e São Paulo, há amplo predomínio do cultivar Pérola, considerado quase que exclusivamente de importância

comercial no Brasil (REINHARDT E MEDINA, 1992). Atualmente os maiores produtores de abacaxi encontram-se nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte. Enquanto isso, as regiões Centro-Oeste e Sul apresentam índices de produção inferiores às demais.

A EMBRAPA foi uma das principais responsáveis pelo crescimento do agronegócio das frutas e da abacaxicultura em específico. Os pesquisadores desenvolveram estudos com o objetivo de disseminar e aumentar os índices produtivos através do incentivo ao uso dos insumos químicos e tóxicos, na agricultura. Seminários, visitas técnicas de campo, experiências laboratoriais, somaram-se para que a produção de abacaxi se alavancasse nos grandes estabelecimentos e, mais recentemente, nos estabelecimentos de domínio camponês. Mesmo diante de condicionantes negativos é inegável que o uso de tecnologias na produção de abacaxi possibilitou um aumento significativo nos índices de produtividade. O uso de agrotóxicos, fertilizantes artificiais e mudas geneticamente modificadas, fizeram da abacaxicultura, antes convencional, um negócio técnico e eminentemente comercial.

Mesmo sendo consumido em maior quantidade pelo setor do agronegócio, destinados à produção de *commodities* de soja, milho, trigo e cana-de-açúcar, a agricultura familiar de base camponesa é responsável pelo consumo de 23,7% dos agrotóxicos, considerando os dados do censo agropecuário realizado em 2006. Entretanto, consideramos que esse número apresentasse aquém na realidade, ou seja, o consumo é bem maior que os números indicados pelo IBGE, considerando o período de doze anos e o aumento dos índices produtivos oriundos das propriedades com até 10 hectares.

Ainda que apresente índices elevados de produção e produtividade agrícola, o Brasil se enquadra em um contexto contraditório, apresentando-se na atualidade como maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Contudo, não é o maior produtor agrícola mundial. No tocante à produção de abacaxi, a Anvisa, no estudo realizado sobre a contaminação de alimentos por agrotóxicos, constatou que 30% da amostragem estava imprópria para o consumo por extrapolar os índices de agrotóxicos permissíveis para o consumo do fruto. Os usos e abusos na utilização dos agrotóxicos, no país têm servido para, além de envenenar os produtores e consumidores, aumentar os índices de lucratividade das transnacionais que produzem esses insumos.

O setor do agronegócio se especializou, sobretudo, nos últimos anos, para atender as exigências do mercado e aumentar os índices de lucros oriundos da fruticultura, para isso tem investido massivamente no uso de tecnologias, e na profissionalização dos agricultores camponeses, além do *marketing* utilizado para completar uma cadeia de produção que se especializou e cresceu permeado por interesses das grandes corporações econômicas e financeiras internacionais.

No próximo tópico retrataremos os elementos empíricos da pesquisa, demonstrando a espacialização dos cultivos de abacaxi no estado de Sergipe, e como as ações realizadas pelo Estado influenciaram na dinâmica agrária dos estabelecimentos camponeses, através da criação dos planos e programas de fomento da fruticultura, especificamente para o cultivo de abacaxi, das ações das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural, da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe, e mais recentemente na dispersão dos pacotes tecnológicos destinados ao cultivo deste fruto.

A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE ABACAXI EM SERGIPE

Atualmente Sergipe encontra-se na 10^o colocação no *ranking* dos estados brasileiros que produzem abacaxi, possuindo uma área total de 1.156 hectares e uma produção estimada em 28.401 toneladas, colhida em 2017. Os municípios que mais produzem em Sergipe são Aquidabã, Riachão do Dantas e Graccho Cardoso, seguidos por Arauá, Capela, Japarutuba, Japoatã, Neópolis, Estância, Santa Luzia do Itanhhy e Indiaroba. Vejamos no mapa a espacialização dos cultivos de abacaxi no estado de Sergipe, com o predomínio nos territórios do Médio Sertão, Leste Sergipano, Baixo São Francisco, Centro-Sul e Sul sergipanos.

Durante o período compreendido entre 1980 e início da década de 1990, a produção de abacaxi ainda era pequena, se comparado com os dados de produção atual. Inicialmente o plantio era feito em torno da casa, destinado majoritariamente para o autoconsumo, com o emprego de técnicas artesanais de cultivos, sem auxílio de aditivos químicos e demais tecnologias. Basicamente o trabalho familiar era desenvolvido de forma braçal, artesanal e com tração animal.

A dinâmica da produção era feita com base nos conhecimentos, transmitidos por diferentes gerações, sem nenhum conhecimento técnico aprofundado. As plantações eram consorciadas com o cultivo de milho, feijão, abóbora, maxixe, mandioca, melancia, entre outros gêneros alimentícios. Conforme assinalou Diniz (1996, p. 124), na década de 1990, afirmando que “a lavoura camponesa em Sergipe é feita, basicamente, num sistema consorciado, em que vários produtos são plantados juntos na mesma terra”.

De acordo com Silva (2014), no final da década de 1980 e início de 1990, o cultivo de abacaxi se expandia em ambos os municípios e alguns produtores já comercializavam nas feiras livres e nos armazéns, feita de forma sazonal no final da primavera ou no início do verão. Por volta de 1992 e 1993, a cultura do abacaxi já se destacava como uma das principais atividades econômicas dos camponeses envolvidos com o citado cultivo.

Diante da viabilidade comercial, em meados década de 1990, ocorreu uma ampliação da área cultivada de abacaxi nesses municípios, e vários agricultores estavam envolvidos com essa atividade. Contudo, durante esse período, as perdas eram altas, em virtude de contaminação causada por um fungo, até então desconhecido. Os camponeses, por não conhecê-lo, não faziam uso de tecnologias para combater a referida praga que assolava a lavoura, devastava o fruto e comprometia a colheita. Devido à influência nefasta desse fungo, a área plantada de abacaxi obteve redução a partir dos anos finais da década de 1990, seguindo até os anos iniciais da década de 2000.

Figura 02 – Abacaxis contaminados com Fusariose Pov. Quemadinhas Cardeal Graccho Cardoso - 2017



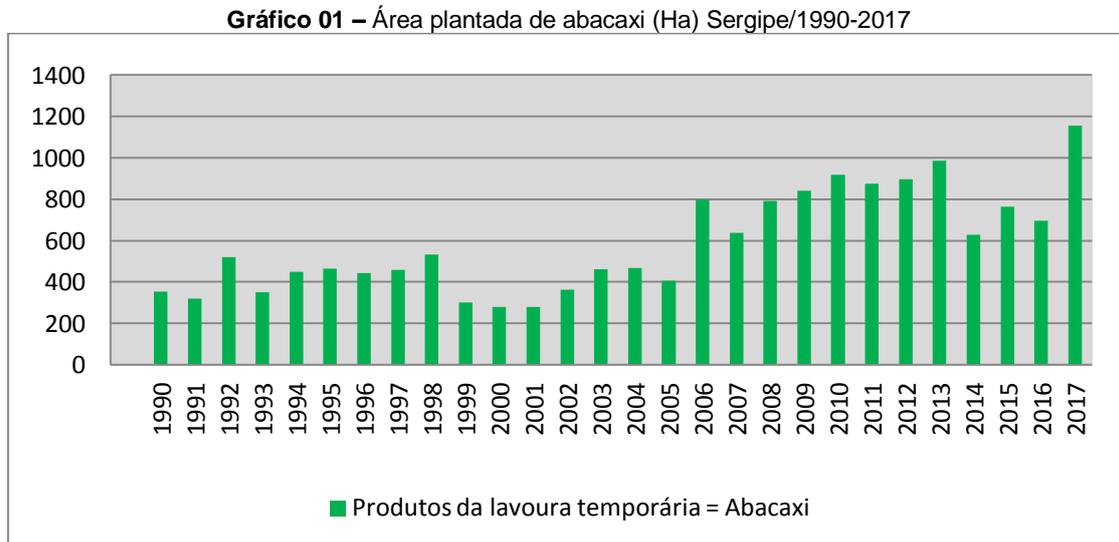
Foto – Os autores, 2017.

Na entrevista com o engenheiro da EMDAGRO, fomos informados que no final da década de 1990, mais precisamente nos anos de 1997, 1998 e 1999, inúmeros camponeses perderam 100% das lavouras de abacaxi, em virtude da contaminação da fusariose referido fungo, em todos os municípios produtores de Sergipe. Durante esse período, vários camponeses deixaram de cultivar abacaxi por não possuir dinheiro para custear as despesas das lavouras.

De acordo com os dados de área plantada de abacaxi, constatamos que as crises começaram a aparecer a partir do ano de 1999, causando uma desestabilização econômica dos camponeses que plantavam este fruto. De acordo com os relatos encontrados durante a

pesquisa de campo, os camponeses afirmaram que a crise se agravou e foi um período de muitas dificuldades para a permanência da vida no campo.

Vejamos os dados de área plantada de abacaxi nos últimos vinte e três anos em Sergipe:



Fonte – IBGE – Produção Agrícola Municipal 1990 - 2017.

Elaboração – SILVA, Paulo Adriano Santos.

A decadência da abacaxicultura só mudou com a ação dos Pesquisadores da EMBRAPA de Cruz das Almas, da EMDAGRO e do Pró-Sertão, que buscaram desenvolver nos municípios de Graccho Cardoso, Aquidabã e Riachão do Dantas um trabalho de combate à fusariose, distribuindo mudas de abacaxizeiros mais resistentes a esses fungos. A partir dessas ações, os produtores buscaram continuar produzindo abacaxi, incorporando novas técnicas de plantio, utilizando agrotóxicos, (pesticidas, fungicidas e herbicidas), além de fertilizantes químicos e demais produtos que viabilizassem o aumento da produção e da produtividade do abacaxi. (SILVA, 2014).

Aliado às ações da EMBRAPA, o então governador Albano do Prado Pimentel Franco, que promoveu um trabalho nas áreas rurais sergipanas, em parceria com as secretarias de agricultura e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe, com a finalidade de dinamizar a economia e inserir os camponeses no mercado. O governo se articulou no sentido de fomentar a atividade frutícola em Sergipe. Várias ações foram projetadas e desenvolvidas com o intuito de estimular a produtividade e consolidar um modelo agrícola padronizado, baseado no uso de tecnologias, no monocultivo e na agricultura profissional. Conforme o Plano criado pelo Governo do estado, a ideia da agricultura tradicional precisava ser superada para que a agricultura profissional ou semiempresarial fosse inserida na unidade de produção familiar camponesa com o objetivo de gerar e/ou aumentar renda no campo sergipano.

Por meio dessas ações, a ampliação da área do cultivo de abacaxi retornou a partir de 2002, em virtude do apoio financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e instruções técnicas fornecidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Sergipe – EMATER-SE. A realização dessas ações, associadas ao incentivo de novas práticas agrícolas, com o fomento no uso de agrotóxicos e da utilização de mudas híbridas, expandiu a produção de abacaxi e a fez crescer de forma rápida. Com essas instruções, os agricultores tiveram acesso às mudas micropropagadas de abacaxi, com modificação genética, distribuída pela EMDRAGRO, em parceria com a SergipeTec, como forma de combater o principal problema que assolava as lavouras, a praga fusariose, conhecida popularmente pelos produtores como Resina, fungo que atinge as raízes da planta afetando a qualidade do fruto e causando podridão na região atingida.

Figura 03 – Camponês preparando o solo com adubo Pov. Moita Redonda - Aquidabã



Foto – Os autores, 2015.

Figura 04 – Camponês adubando a plantação Pov. Alto do Cheiro – Riachão do Dantas



Foto – Os autores, 2015.

Embora a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO-SE) distribuisse mudas de abacaxizeiro e preconizasse o uso de agrotóxico para combater o principal fungo, escassa assistência técnica foi fornecida no sentido de acompanhar diretamente esses produtores de abacaxi. Analisando as transformações na agricultura paranaense, Pinheiro *et al* (1985) nos auxilia a compreender como essas instituições influenciaram na disseminação de um novo padrão produtivo, onde as agências e programas de extensão rural (Abicar, depois Emater) foram os responsáveis pela introdução, disseminação e consolidação destes novos modos de produção, e de tecnologias rurais, dentre estas o incessante uso de agrotóxicos.

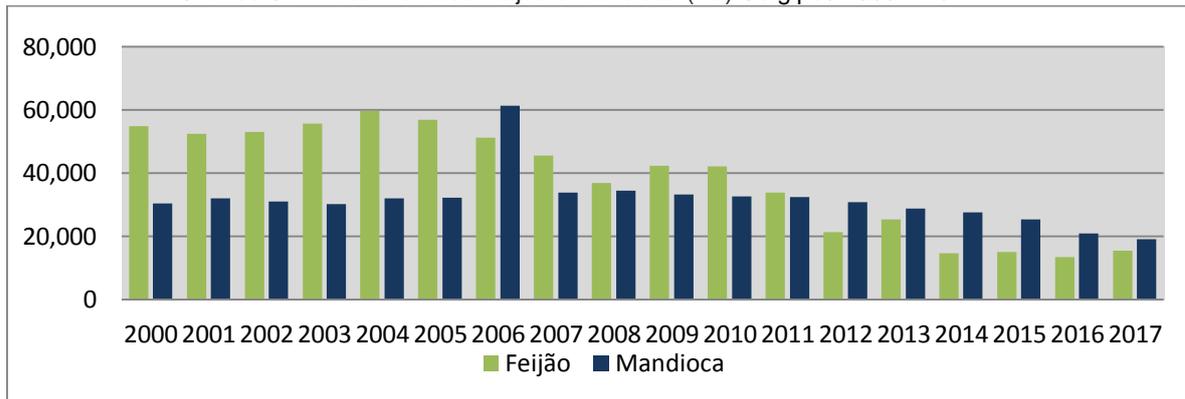
É notório que a adoção dessas novas práticas de manejo, com ênfase o uso de agrotóxicos, contribuiu para alavancar a produtividade do abacaxi em Sergipe. Constatamos isso por meio dos dados do IBGE, que no ano de 1999 apresentava uma área de 533 hectares e uma produtividade de 18.153 toneladas por hectare. Ao passo que, em 2016, em uma área de 695 apresentou uma produtividade de 24.963 toneladas por hectare, confirmando que a adoção desses novos insumos agrícolas, mesmo utilizados de forma indiscriminada, indevida e na grande maioria ilegal, proporcionou o crescimento desse fruto em um tamanho de área semelhante.

Para além da problemática dos agroquímicos, utilizados nos abacaxizais, outros agravantes foram gerados a partir do aumento da produtividade deste fruto, a exemplo da redução de cultivos de subsistência oriundos da agricultura camponesa. Analisando o declínio dos cultivos tradicionais e o aumento da dependência dos alimentos industrializados, percebe-se que na atualidade, com exceções muito limitadas, todos os produtos da produção camponesa são destinados para o mercado de *commodities* (CARVALHO, 2013). Em determinadas regiões do Brasil, a produção para o autoconsumo foi bastante reduzida, o que representa o aumento na dependência dos produtos fornecidos pelos supermercados.

Nas áreas pesquisadas a produção agrícola temporária sofreu redução expressiva nos últimos anos, com exceção do abacaxi. Por ser um fruto eminentemente comercial, este vem sendo implantado em muitas propriedades em substituição a outros cultivos alimentares, a exemplo do feijão e da mandioca. De acordo com os camponeses a alteração da fertilidade do solo, devido ao uso recorrente de venenos agrícolas, é um dos fatores que impedem que outras culturas sejam plantadas, de forma consorciada, com o abacaxi.

Vejamos no gráfico abaixo os principais cultivos que tiveram redução nas áreas plantadas durante os anos em que o abacaxi obteve um crescimento positivo.

Gráfico 02 – Área Plantada Feijão e Mandioca (Ha) Sergipe / 2000 – 2017



Fonte – IBGE – Produção Agrícola Municipal 2000-2017.

Elaboração – Os autores, 2018.

Em Sergipe, os cultivos de mandioca e feijão sofreram uma redução considerável, entre os anos de 2006 e 2017, sendo este último o cultivo que mais perdeu espaço durante este mesmo período. Podemos identificar na fala do camponês, que reside no Povoado Segredo - Aquidabã, às causas que contribuíram para a redução do cultivo de mandioca e feijão.

Não sei o que está acontecendo, a raiz da mandioca apodrece, o feijão não nasce ou então dá a mela, antes a gente plantava tudo junto hoje não dá mais pra fazer isso porque é prejuízo, a minha roça é pequena só planto uma tarefa de abacaxi o resto da terra, não planto mais, tô criando agora quatro cabeça de gado, pelo menos é um dinheiro que tiro na semana com o leite que vendo na fabrica de queijo. (Camponês J. Pov. Papel de Santo Antônio - Aquidabã, 2015).

Com relação ao cultivo de mandioca, observamos uma grande redução na área plantada entre 2000 e 2017, com tímidas oscilações positivas entre 2005 e 2007. Atribui-se essa redução aos motivos citados anteriormente. A redução da área plantada da produção de mandioca impactou de forma significativa na produção dos seus derivados.

Fazendo uma análise da permanência e resistência dos grupos familiares rurais envolvidos com a produção dos derivados da mandioca no município de Aquidabã, Leite e Menezes (2013) avaliaram os impactos no que diz respeito à redução de cultivos de subsistência, a exemplo da mandioca e a produção dos seus derivados.

Além da expansão da pecuária, outra atividade tem contribuído para a redução do cultivo da mandioca: trata-se do avanço rápido e recente (cerca de dez anos) da cultura do abacaxi, principalmente nos povoados Papel de Santo Antônio, de Santa Luzia, dos Dias; Campo Redondo; Moita Redonda; Saco de Areia e Segredo. Tal mudança foi impulsionada pela inserção de políticas públicas e pelo uso de técnicas agrícolas, como a da correção dos solos nas áreas em que ocorre esse cultivo e a inserção de mudas geneticamente modificadas (LEITE e MENEZES, 2013, p. 215).

O estudo realizado pelas autoras supracitadas, com o objetivo de identificar a resistência da produção de alimentos tradicionais na zona rural do município de Aquidabã, constatou que um dos fatores que contribuíram para a desagregação e o enfraquecimento da confecção dessas iguarias foi o crescimento da produção de abacaxi e a diminuição da produção de mandioca, que por consequência refletiu negativamente na produção dos seus derivados. Atribuímos esses mesmos aspectos aos demais municípios pesquisados, que nos últimos anos obtiveram uma redução expressiva na área plantada de mandioca devido à expansão da produção de abacaxi.

A fala desses camponeses revela o motivo da substituição da produção de mandioca pela produção de abacaxi.

Parei de plantar mandioca por que se tiver prejuízo não tem como correr atrás e o abacaxi se tiver prejuízo ainda dar para tirar o lucro. (Camponês Z. Pov. Ponto Chique – Graccho Cardoso, 2015).

Rapaz de primeiro aqui plantava, mas agora não planta mais[...] por que não dá lucro [...] aqui de frente tinha uma casa de farinha já tá com muitos anos, papai fazia e o povo foi acabando e ninguém plantou mais.” (Camponês J. Pov. Campo Redondo – Aquidabã, 2015).

[...]aqui o povo tinha muito isso, de plantar o abacaxi e junto a mandioca, aí fazia a farinhada, antigamente tinha agora hoje não tem mais não” (Camponês R. Pov. Ponto Chique, 2016).

Na verdade plantar mandioca só se for doido, é melhor plantar abacaxi ou milho porque a gente vende e ganha dinheiro e compra na bodega sem ter trabalho (Camponês J. do Assentamento Maria Lindaura, Japoatã, 2017).

Antigamente a gente plantava tudo junto, mas hoje em dia a gente não temos tempo. (Camponês P. Colônia Vertente – Estância, 2016).

A substituição dos cultivos tradicionais por cultivos comerciais contribuiu para o enfraquecimento da autonomia alimentar e o aumento da dependência da alimentação imposta pela oferta de produtos industrializados, fornecidos pelas empresas que dominam o mercado mundial de alimentos. A padronização dos modelos de cultivo e a inserção da alimentação, fornecida pelos supermercados, com os enlatados, ensacados, engarrafados e demais alimentos industrializados, contribuíram para a (des)organização produtiva da agricultura camponesa. Carvalho, afirma que (2013, p. 17), “mudou a maneira de produzir, mudou a forma de consumir, mudou a percepção do mundo vivenciado. Mudou então a cultura desses povos”.

Durante a pesquisa, constatamos que a diminuição da produção de mandioca também refletiu no fechamento de casas de farinha desses municípios, representando a perda de um importante espaço utilizado para a produção artesanal de farinha e outros derivados de mandioca, a exemplo do beiju, saroió, massa de tapioca, pé-de-moleque, entre outros alimentos tradicionais que historicamente fizeram parte da alimentação desses camponeses. Podemos observar, nas imagens abaixo, um momento de vivência e de partilha, onde os camponeses se reuniam para celebrar o dia da farinhada. Porém, com o advento das políticas de financiamento agrícola, que prioriza os monocultivos comerciais, é cada vez mais raro encontrar momentos como este no campesinato sergipano.

Figuras 05, 06 e 07 – Camponeses em dia de Farinhada Aquidabã – SE (Pov. Moita Redonda, 2016)



Fotos – Os autores. 2016

Existe uma dimensão cultural, histórica e simbólica, inerente a essas atividades, que contribuem para estreitar os laços de reciprocidade, e, por conseguinte, reforçar a identidade camponesa dessas famílias. O fechamento de espaços, como a casa de farinha, põe em risco às práticas tradicionais campesinas, elimina a heterogeneidade alimentar dessas comunidades, e paulatinamente reduz a possibilidade dos camponeses perpetuar a sua cultura.

Figura 05 – Casa de Farinha desativada Povoado Ponto Chique/2016



Foto – Os autores, 2016.

Carvalho (2013) afirma que o abandono dos métodos tradicionais na produção provocou o afastamento das práticas artesanais, sejam aquelas relacionadas à alimentação (como fazer o pão caseiro ou a massa de farinha), seja a de aproveitamento e estocagem de produtos agrícolas e animais (como compotas de frutas da época ou da salga e defumação de carnes). Os camponeses não só deixaram de possuir as habilidades artesanais de fazer como estão também perdendo as memórias do modo de saber fazer.

A discussão elaborada por Carvalho (2013) se assemelha à realidade vivenciada pelos camponeses que produzem abacaxi em diversos povoados do estado de Sergipe, que apesar de “tecnologicamente modernizada”, integrada as cadeias produtivas de mercado, não garante renda líquida satisfatória para a reprodução econômica e social de forma autônoma. Carvalho (2013) conclui que o camponês, com pouco dinheiro no final de cada ciclo agrícola, permanece ou têm permanecido na dependência das políticas compensatórias do Governo para reiniciar o plantio, perdendo por completo a sua autonomia e destruindo a sua cultura.

Conforme os dados da produção agrícola municipal, o feijão e a mandioca foram os cultivos que apresentaram os maiores índices da redução de área plantada nos últimos anos. Com a redução dessas culturas, utilizadas para o autoconsumo, ocorreu uma expansão, sobretudo nos últimos dez anos, da área plantada dos cultivos comerciais, com destaque para o abacaxi. Em termos monetários, o abacaxi pode proporcionar, ao final do ciclo da lavoura, um montante considerável, porém, o camponês não calcula, de forma precisa, os gastos destinados ao cultivo. Durante a pesquisa, constatamos que na maioria das vezes esse valor supera o montante recebido durante a comercialização dos frutos *in natura*. O dinheiro que complementa os investimentos nas lavouras de abacaxi advém de aposentadorias rurais, bolsa família, empregos formais e informais, entre outras formas de remuneração.

A procura por eficácia produtiva, aceleração do ciclo plantio-colheita e aumento da produtividade agrícola, impõe que o camponês se capitalize para conseguir inserir tecnologias agrícolas na sua propriedade. Essa nova forma de produzir exige que o mesmo dedique-se exclusivamente ao cultivo de abacaxi, relegando outras culturas que outrora eram cultivadas de forma consorciada e faziam parte da sua alimentação. Além disso, o camponês é forçado a adotar práticas agrícolas perigosas para aumentar o rendimento da sua safra e atender o receituário do pacote tecnológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações na agricultura camponesa ocorreram por meio da incorporação de um novo sistema de produção de abacaxi, pautado no aumento da produtividade através do uso da tecnologia. Esse modelo, criado pelo Estado e disseminado através dos pacotes tecnológicos, exige dos camponeses um nível técnico de fazer agricultura, para atender a necessidade/obrigatoriedade do ciclo comercial plantio-colheita-comercialização.

O mesmo Estado que introduz os camponeses na dinâmica do mercado, para abastecer as cadeias produtivas comerciais, aqui representado pelo negócio exportador de frutas, a partir da abertura no acesso às políticas públicas de crédito agrícola, é o mesmo Estado que se omite diante das intempéries que dificultam a reprodução dos camponeses. A falta de acompanhamento e de assistência técnica, a desigualdade no montante de acesso ao crédito, a burocratização do acesso aos mercados institucionais, a flexibilidade das leis e dos incentivos das transnacionais que produzem agrotóxicos, o envenenamento silencioso causado pela exposição ao uso dos agrotóxicos, que degrada a saúde do trabalhador rural, entre outros aspectos identificados durante a pesquisa, constitui em fatos que denotam a omissão do Estado.

Em todas as localidades, constatamos que a prioridade é o cultivo destinado ao mercado. A falta de tempo, associada ao impedimento, por conta do uso de agrotóxicos nas lavouras prioritárias, elimina a possibilidade de cultivar outros gêneros agrícolas que faziam parte da alimentação desses camponeses, a exemplo do feijão, abóbora, maxixe, melancia, quiabo, girassol, laranja, milho crioulo, coentro, mandioca, macaxeira, cebola, salsa, pimentão, alface, dentre outros alimentos tradicionalmente cultivados por esses camponeses.

O plantio dessa variedade de alimentos representava a possibilidade do camponês obter soberania alimentar e assegurar a alimentação saudável da sua família, além da manutenção da tradição e dos aspectos culturais, hábitos e costumes dessas comunidades rurais. Tal processo é semelhante à análise realizada por Carvalho (2013), ao afirmar que essa imersão do mercado capitalista rompeu com valores e com comportamentos que configuravam o jeito de ser e de viver do camponês.

Baseando-se na análise quanti-qualitativa, dos dados obtidos com a pesquisa empírica, ancorada pela reflexão teórica, constatamos que a tentativa do Estado, de inserir os pacotes tecnológicos, profissionalizar o camponês e promover a sua integração com as cadeias de produção do agronegócio frutícola, provocaram impactos na organização produtiva da agricultura camponesa a partir da inserção do cultivo exclusivamente comercial de abacaxi. Com isso, concluímos que essa lógica produtiva, baseada em um modelo técnico, semiempresarial e subordinado a lógica do capital monopolista da agricultura, reduziu a autonomia, a soberania, e implicou diretamente na reprodução e na materialização do modo de vida tradicional dessas comunidades camponesas sergipanas.

REFERÊNCIAS

- BAILEY, K. **Methods os social research**. 4ª ed. New York (USA). Simon na Schuster, 1994.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; NAVARRO, Zander. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In: **Revista de Política Agrícola**, junho de 2013. Pág. 1-17.
- BUSTAMANTE, Paula Margarita Andrea Cares. A Fruticultura no Brasil e no Vale do São Francisco: Vantagens e Desafios. In: **Revista Econômica do Nordeste**. Volume 40, Nº 01. Janeiro – Março. 2009. Pag. 154-171.
- CARVALHO, Horácio Martins. O Oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. In: STÉDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo, expressão Popular. 2013, pág. 39-56.
- DINIZ, José Alexandre Felizola. **A condição camponesa em Sergipe: desigualdades e persistência da produção familiar**. São Cristóvão: Editora UFS, 1996.
- EMBRAPA, Mandioca e Fruticultura Tropical. **A cultura do abacaxi**. 2ª Ed. Revista Ampliada – Brasília, DF: Embrapa informação tecnológica, 2006. 91 p.

LEITE, Alana Franco.; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. A resistência e permanência de Agricultores Familiares no meio rural alicerçada pela produção de iguarias derivadas da mandioca. In: **Revista de Geografia (UFPE)**. V. 30, No. 2, p. 208-226, 2013.

LIMA, José Renato de. **Contradições na produção do espaço rural brasileiro: modernização do campo, espacialização da pobreza e resistência**. São Cristóvão, 2008.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980/1889.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra pelo capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político**. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983, p. 151-177.

MEDINA, J.C. A cultura do abacaxi. In: MEDINA, J.C. et al. **Frutas tropicais 2**. São Paulo: Ed. Canton, 1978. p.06-68.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Comida de Ontem, Comida de Hoje. O Que Mudou na Alimentação das Comunidades Tradicionais Sertanejas? In: **OLAM – Ciência & Tecnologia** (Rio Claro. Online), v. 13, p. 31-58, 2012.

OCTAVIANO, Carolina. **Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução verde**. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, A. U. A agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.

_____ **A agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA JUNIOR, Manoel Pedro de. **A sujeição da renda da terra camponesa**. Dissertação de Mestrado, UFS/NPGeo, 2012. 273 páginas.

REINHARDT, D.H.; MEDINA, V.M. Crescimento e qualidade do fruto do abacaxi cvs. Pérola e Smooth cayenne. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 27, n.3, p. 435-447, mar. 1992.

SAMPAIO, Vilomar Sandes. **Modernização da agricultura e seus rebatimentos nas relações de trabalho no campo brasileiro**. In: Anais da X Semana de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Vitória da Conquista – BA, 2011. P. 1-28.

SILVA, Paulo Adriano Santos. **A territorialização da abacaxicultura e as transformações no espaço agrário do município de Graccho Cardoso – Sergipe**. In: Anais do VII Congresso brasileiro de Geógrafos. Vitória – ES, 2014. P. 1-11.

SOUZA, R. A. D. de. CONCEIÇÃO, A. L. A ação do estado na contramão da realização do trabalho. In: **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente, vol. 11, n. 2, 31 dezembro 2010. Pág. 36-50. <https://doi.org/10.33026/peg.v11i2.1304>

WEBGRAFIA

<https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/cultivos/abacaxi>

Acessado em 10 de Janeiro de 2019

http://www.ibraf.org.br/institucional/ins_ibraf.asp

Acessado em 10 de Janeiro de 2019

<http://abrafrutas.org/>

Acessado em 10 de Janeiro de 2019

<http://www.seagri.se.gov.br/>

Acessado em 15 de Fevereiro de 2019

<http://www.agromundi.com.br/noticias/brasil-e-o-terceiro-maior-produtor-de-frutas-do-mundo-agromundi/>

Acessado em 15 de Fevereiro de 2019

<http://www.emdagro.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=494>

Acessado em 15 de Fevereiro de 2019

<http://www.codevasf.gov.br/>

Acessado em 10 de Janeiro de 2019

<https://www.chesf.gov.br/Pages/default.aspx>

Acessado em 10 de Janeiro de 2019

<http://www.fao.org/home/en/>

Acessado em 15 de Fevereiro de 2019

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>

Acessado em 15 de Fevereiro de 2019

<http://www.agricultura.gov.br/>

Acessado em 10 de Janeiro de 2019

Recebido em: 27/03/2019

Aceito para publicação em: 18/06/2019